



Plenário 7

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

BOLETIM INFORMATIVO Nº 28

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de
Seguridade Social e Família

23 DE OUTUBRO DE 2019

CSSF DEBATE EMENDAS AO ORÇAMENTO 2020



Foto: Cláudio Araújo

O colegiado da Comissão de Seguridade Social e Família se reuniu na última quarta-feira (16) para tratar das emendas ao Orçamento 2020. Houve encontro com assessores da Consultoria de Orçamento e posteriormente discussão conjunta no plenário 7. “Todo o processo é minucioso e a escolha acontece de forma democrática. É um momento importante que merece nossa atenção”, disse o presidente Antonio Brito (PSD-BA).

No total foram sugeridas quarenta e quatro emendas ao PLN 22/2019 (LOA 2020) com possibilidade de aprovação de quatro sugestões. Hou-

ve debates sobre quantas seriam destinadas para a saúde e quantas seriam destinadas para assistência social. Ao final das discussões ficou definido que cada setor terá indicação de 2 emendas.

A Lei Orçamentária Anual (LOA) estabelece os Orçamentos da União, por intermédio dos quais são estimadas as receitas e fixadas as despesas do Governo Federal. Na sua elaboração, cabe ao Congresso Nacional avaliar e ajustar a proposta do Poder Executivo, assim como faz com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o Plano Plurianual (PPA).

DESNUTRIÇÃO EM PACIENTES COM CÂNCER

Requerimento da deputada Silvia Cristina (PDT-RO) possibilitou a discussão sobre desnutrição dos pacientes oncológicos. “Quanto melhor é a nutrição maior as chances de o tratamento dar certo. Infelizmente, essa não é a realidade no Brasil”.

Diogo Toledo, presidente da Sociedade Brasileira de Nutrição Enteral e Parental, mostrou estudos que comprovam que quanto mais músculos o paciente tem, maior aderência ao tratamento. “No nosso país, cerca de 70% dos pacientes estão desnutridos e essa é a causa de 20% das mortes durante o tratamento”.

O coordenador da Divisão Técnico Assistencial do INCA, Nivaldo Pinho, contou que em 2009 foi criada a Política Nacional em Nutrição Oncológica para conhecer o perfil nutricional do paciente durante internação hospitalar. “Lançamos anualmente os relatórios e esse ano o documento é sobre nutrição oncológica em crianças. Publicamos artigos em revista científica internacional



Foto: Cláudio Araújo

falando sobre os riscos da desnutrição e mostrando um mapa do Brasil onde há maior incidência dos casos”.

Denizar Ferreira, presidente regional da Associação Brasileira de Nutrologia alertou que a desnutrição pode afetar o sistema nervoso e gerar até depressão no paciente já debilitado. Já Eduardo Fróes do Movimento Todos Juntos Contra o Câncer disse que nem todos os centros estão preparados para tratar a desnutrição. Jaqueline Misael do Ministério da Saúde defendeu o atendimento nutricional humanizado e atenção multidisciplinar da equipe médica.

Subcomissão Permanente da Saúde



Foto: Cláudio Araújo

O colegiado da Subcomissão Permanente da Saúde se reuniu para discutir a apresentação do relatório final. A subcomissão está separada por eixos temáticos e, na ocasião, foram discutidos dois textos finais.

Saiba abaixo quais são os eixos:

- 1) Eixo da Gestão, Recursos e Planejamento, com relatoria da deputada Adriana Ventura (NOVO-SP);
- 2) Eixo da Prevenção e promoção da Saúde, com relatoria da deputada Leandre (PV-PR);
- 3) Eixo da Atenção Básica, com relatoria da deputada Dra. Soraya Manato (PSL/ES);
- 4) Eixo da Assistência de Média e Alta Complexidade, com relatoria da deputada Tereza Nelma (PSDB-AL);
- 5) Eixo da Assistência Farmacêutica, com relatoria do deputado Dr. Frederico (Patriota-MG).

AGENDA



23/10/2019

- **Audiência Pública**
Programa Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme

🕒 **16h30**

📍 **Local a definir**

24/10/2019

- **Audiência Pública**
Cadastro Nacional de Adoção

🕒 **9h30**

📍 **Plenário 12**

ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL NAS ESCOLAS

Requerimento do deputado Jorge Solla (PT-BA) possibilitou a discussão sobre alimentação saudável nas escolas. O deputado Ricardo Barros também participou da mesa de debates.

Nancy Aguiar, vice-presidente do Conselho Federal de Nutricionistas, disse que 1/3 das crianças brasileiras estão acima do peso e 1/7 estão obesas. A projeção para 2022, é que 46,5% dos meninos entre 5 e 9 anos sofram com a doença. Nancy explicou que os brasileiros estão diminuindo o consumo de alimentos básicos e aumentando o consumo de ultra processados. “Lanchonetes nas escolas são muitas vezes ambientes que chamamos de obesogênicos”.

Virgínia Weffort que é médica e membro da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) falou da importância do hábito alimentar saudável na primeira infância. “Quando a criança vai para a creche, ela ingere uma série de produtos diferentes. Os grandes vilões são o suco artificial e o refrigerante”. Laura Ohana Marques também da SBP explicou os diferentes tipos de alimentos,



Foto: Cláudio Araújo

seus benefícios e malefícios. “Depois que uma criança é apresentada a um salgadinho com hipersabor, dificilmente ela vai gostar de fruta, por exemplo”.

Desirée Ruas, do movimento BH pela Infância alertou que é preciso defender as crianças do marketing abusivo. “A quem interessa manter alimentos ruins em ambiente escolar? A infância é a parte mais importante da vida de um ser humano. Não adianta fazermos um trabalho de conscientização em sala de aula se depois a criança tem acesso a alimentos nocivos durante o recreio”.

Patrícia Gentil, do Instituto de De-

fesa do Consumidor (Idec) apresentou estudos recentes demonstrando o impacto da obesidade infantil no mundo. “Todos os estudos mostram que é preciso criar políticas públicas para controlar esse mal. As normas que o Brasil tem hoje não são suficientes”.

Paula Johns, diretora executiva da ACT Promoção da Saúde disse não entender o porquê de projetos que tratam o tema estarem parados há anos no Congresso. “Como colocar a responsabilidade pela obesidade nas costas dos pais quando não conseguimos regular o ambiente escolar? Precisamos do Legislativo para isso”.

EXERCÍCIO ILEGAL DA MEDICA EM PAUTA

O deputado Dr. Luizinho (PP-RJ) presidiu debate sobre o exercício ilegal da medicina. A discussão reuniu quatro especialistas sobre o tema. “Recebemos muitas denúncias no gabinete. Sou médico, minha esposa é médica, já fui gestor público e sei dos males decorrentes do exercício ilegal da profissão”. O deputado federal Zacharias Callil também participou dos debates.

Sergio Palma, presidente da Sociedade Brasileira de Dermatologia, explicou que conselhos de diferentes categorias da saúde têm editado normas administrativas afirmando que profissionais têm autorização para realizar procedimentos médicos. “Preenchimento de nariz, de lábios, de nádegas, gerando inflamação crônica e até a morte. Casos graves onde só profissionais poderiam atuar”.

Nívêo Steffen, presidente da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica, disse que na Constituição de 88 está



Foto: Cláudio Araújo

especificado que o trabalho é livre desde que respeite as qualificações. “A medicina só pode ser exercida por quem cursou medicina e tem um diploma. Algumas regras são interpretadas e aí temos um problema de saúde pública”.

Neuton Gomes, diretor da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia, disse que o número de cursos de medicina é crescente. “Nas redes sociais podemos ver pessoas se expondo, vendendo um serviço

sem precedentes e passando informações falsas”.

Leonardo Nóbrega, representante da Sociedade Brasileira de Angiologia e Cirurgia Cardiovascular, disse que os problemas se repetem. “Há uma invasão ao ato médico. Não podemos menosprezar um procedimento, por mais básico que seja. Nós médicos temos uma série de regras a seguir, obrigações e responsabilidades. Isso é o certo porque estamos lidando com a vida das pessoas”.

EXPEDIENTE

Presidente
Dep. Antônio Brito

2º Vice-Presidente
Dep. Marx Beltrão

Secretário
Rubens Carneiro Filho

Edição
Maria Carolina

1º Vice-Presidente
Dep. Alexandre Serfotis

3º Vice-Presidente
Dep. Misael Varela

Redação
Manu Nunes

Diagramação
Jorge Ribeiro

[f](#) @seguridade.CD

[t](#) @Csf_seguridade

cssf@camara.leg.br

www.camara.leg.br